



Exame de Direito Romano – Turma Noite  
ÉPOCA DE RECURSO – Exame de coincidência

14 de Abril de 2021

---

Responda, fundamentadamente, a quatro (4) dos seguintes temas:

1. Os *mores maiorum* como fonte de direito romano da Monarquia ao Dominado.

R. Definição de *mores maiorum* enquanto fonte de direito; papel da *interpretatio sacerdotalis* e, posteriormente, o seu uso pela *iurisprudentia*; relevância dos *mores maiorum* para a aplicação do *ius civile* e do *ius honorarium*; *mores maiorum, lex e consuetudo*. A importância dos *mores maiorum* no controlo legislativo das propostas de lei – a *auctoritas patrum*.

2. A relevância do Tribuno da Plebe na transformação política da República.

R. Razões para a criação do Tribuno da Plebe, enquanto magistrado romano. Características e funções.

3. A importância da *Lex Aebutia de Formulis* no contexto da evolução das funções do Pretor.

R. Referir a função jurídica do pretor. Explicar em que consiste a *Lex Aebutia de Formulis* de 130 a.C. e quais as suas consequências na transição de um processo baseado nas *leges actiones* para um baseado no *agere per formulas*. Identificar e caracterizar os diversos tipos de expedientes de *imperium* e de *iurisdictio*.

4. O *Ius Flavianum* no processo de laicização da *iurisprudentia* romana.

R. Referir as diversas fases do processo de laicização da jurisprudência: Lei das XII Tábuas, *Ius Flavianum* e ensino público do Direito. Dar especial referência ao *Ius Flavianum*, explicando-me que consiste e qual a importância de elaboração de um livro com *actios*.

5. O *ius publice respondendi* e a decadência da *iurisprudencia* como fonte de Direito Romano.

R. A importância da *iurisprudencia* como fonte de direito romano e as funções dos jurisperitos. Caracterização desta fonte de direito na História do Direito romano. O início da decadência da *iurisprudencia* e a centralização do poder político. O monopólio das fontes de direito. A limitação da atividade criativa do jurisperito. Justificação para o recurso ao *ius publice respondendi*.

6. O processo de codificação do *Ius Romanum* e a redução do direito à *lex*.

R. Caracterização do processo de codificação em Roma. As codificações privadas e as codificações oficiais. O Código de Justiniano. O Direito como Justiça. O Direito como lei. A justiça em razão da equidade e em razão da positivação jurídica. A intervenção dos *iurisprudentes* na interpretação e aplicação do Direito: a evolução da República à Lei das Citações.

**Duração: 90 minutos**

**Cotações: 5 valores cada questão**